



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
À SESSÃO
Remeta-se ao Governo
10/01/14
O Presidente.

REQUERIMENTO

A situação social e laboral dos trabalhadores açorianos tem-se agravado significativamente nos últimos tempos.

O crescente aumento do desemprego lança muitos deles na incerteza e faz aumentar a pressão patronal sobre os seus direitos e regalias.

As dificuldades sentidas pelas empresas também têm servido para lhes exigir mais sacrifícios e para agravar a sua situação laboral. A precariedade, o trabalho a tempo parcial, temporário e mesmo sazonal crescem desmesuradamente. Surgem agora frequentemente casos conhecidos de recurso à suspensão temporária da actividade, vulgo "lay-off", como forma de fazer face a dificuldades empresariais, mas também penalizando os trabalhadores e sobrecarregando erário público.

A par destes sinais preocupantes têm sido noticiadas na Região diversas situações de grosseiras violações da lei laboral, como despedimentos ilegais, perseguições trabalhadores que exercem o direito à greve, salários em atraso, entre outras, sem que seja sentida a resposta suficiente por parte das autoridades competentes.

Esta ausência de resposta é tanto mais grave quanto não só não garante a necessária protecção legal a quem dela necessita, como convida à impunidade por parte dos prevaricadores.

Exige-se dos poderes públicos, nesta situação de crise social, uma actuação ainda mais proactiva e eficaz que infelizmente não se tem verificado.

A Representação Parlamentar do PCP Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis solicita ao Governo a seguinte informação:

- Quantos processos de redução temporária do período normal de trabalho ou suspensão do contrato de trabalho por facto respeitante ao empregador existem ou estão em curso presentemente na Região?
- Quantas situações de empresas com salários em atraso foram conhecidas nos últimos 6 meses? Qual o seu desfecho e que medidas está o Governo a tomar em relação a elas?
- Quantos processos de despedimento colectivo aconteceram na Região nos últimos 6 meses?
- Quantos processos estão neste momento nas mãos da Inspeção Regional do Trabalho? Qual a tipologia das infracções registadas?

14 de Janeiro de 2010

O Deputado Regional do PCP

Aníbal Pires

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 0124	Proc. Nº 54.04.00
Data: 10, 01, 14 Nº 180, IX	